



# PLANEJAMENTO INTERPRETATIVO COMO ALTERNATIVA AO RECONHECIMENTO PATRIMONIAL DO CARIRI PARAIBANO: Um roteiro turístico e cultural para a cidade de Monteiro

Interpretative Planning as an Alternative to Heritage Recognition of The Cariri Paraibano: A tourist and cultural itinerary for the city of Monteiro

**Lizia Agra Villarim**

*UFPE, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano; Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
liziaagra@gmail.com*

**Beatriz Maracajá Marinho**

*UNINASSAU, Curso de Arquitetura e Urbanismo; Faculdade Maurício de Nassau Campina Grande, Brasil  
beatrizmaracaja76@gmail.com*

## RESUMO

A formação do território paraibano decorre de práticas de acumulação e da articulação de núcleos urbanos com similaridades e especificidades socioculturais e naturais, o que resultou na diversidade das cidades do estado. Porém, identificamos lacunas no reconhecimento patrimonial destes povoadamentos, aspecto refletido no grau de preservação. A exemplo da cidade de Monteiro, que além de não realizar ações de educação patrimonial, não possui reconhecimento institucional e sua salvaguarda decorre da inércia econômica. Assim, questionamos: como promover o reconhecimento e a continuidade do seu patrimônio? Para a Teoria Contemporânea da Conservação a manutenção dos bens é atrelada à relação com os indivíduos, de onde emerge sua patrimonialidade (Viñas, 2006). O que leva a hipótese do Planejamento Interpretativo como alternativa à promoção da cultura e o incentivo à preservação local. Assim, objetiva-se relatar a experiência do desenvolvimento de um roteiro turístico e cultural através do planejamento interpretativo para a cidade de Monteiro.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural, planejamento interpretativo, roteiro turístico e cultural.

**Eixo temático:** 2. Cidade e Ambiente;

**Tópico:** 2. Patrimônio e paisagem cultural

## ABSTRACT

The formation of the territory of Paraíba stems from accumulation practices and the articulation of urban centers with sociocultural and natural similarities and specificities, which resulted in the diversity of the state's cities. However, we identified gaps in the heritage recognition of these settlements, an aspect reflected in the

degree of preservation. Like the city of Monteiro, which in addition to not carrying out heritage education actions, does not have institutional recognition and its safeguard stems from economic inertia. Thus, we question: how to promote the recognition and continuity of its heritage? For the Contemporary Theory of Conservation, the maintenance of assets is linked to the relationship with individuals, from which their heritage emerges (Viñas, 2006). Which leads to the hypothesis of Interpretive Planning as an alternative to promoting culture and encouraging local preservation. Thus, the objective is to report the experience of developing a tourist and cultural route through interpretive planning for the city of Monteiro.

**Keywords:** interpretive planning, tourist and cultural itinerary, cultural heritage.

**Thematic clusters:** 2. City and Environment;

**Topic:** Heritage and cultural landscape

## Introdução

A formação do território paraibano teve início com a fundação da capital, João Pessoa, surgida como cidade para atender aos interesses políticos e econômicos da coroa portuguesa que visava ocupar a costa brasileira e encontrou dificuldade em função da resistência indígena. O povoamento do estado decorre das práticas de acumulação que resultaram na articulações de núcleos urbanos com similaridades e especificidades socioculturais e naturais, o que expressa a diversidade tipomorfológica das cidades.

Mesmo diante da importância desta diversidade na conformação do estado, identificamos uma lacuna no reconhecimento patrimonial destes povoamentos, pois o órgão preservacionista estadual, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), não reconhece a maioria. Aspecto que se reflete no grau de preservação das estruturas urbanas e na restrita quantidade de projetos que promovam a apropriação dos bens culturais. A cultura local, expressa nos bens culturais, é pouco conhecida pela população, tornando incipiente a dissipação dos atributos. Esta problemática se torna evidente no caso do cariri paraibano, cuja ocupação ocorreu no período colonial em função de atividades de subsistência, quando do povoamento do interior do território brasileiro. A cidade de Monteiro, localizada na microrregião do Cariri Ocidental Paraibano, é um exemplo, pois não possui reconhecimento institucional e sua salvaguarda decorre da inércia econômica local, além disso, não identificamos ações de educação patrimonial. O que nos leva a questionar: como promover o reconhecimento dos seus bens culturais? Como incentivar a continuidade dos atributos culturais destacando sua importância simbólica?

Para a Teoria Contemporânea da Conservação (TCC) a manutenção dos bens deve ser atrelada à sua relação com os indivíduos, de onde emergem os valores que conformam sua patrimonialidade (Viñas, 2006). Atividades que incentivam a conexão da sociedade com os bens são indispensáveis ao seu reconhecimento, pois destacam sua importância e justificam a continuidade. Algumas, como os roteiros turísticos e culturais, podem gerar benefícios financeiros que reforçam a importância da preservação. Estas colocações nos levam à hipótese do Planejamento Interpretativo (PI) como alternativa à promoção da cultura local e dinamização econômica, posto que o método instrumentaliza a construção de um roteiro turístico e cultural (RTC) que possibilita a sustentabilidade da preservação pela possibilidade de um retorno financeiro.

Por PI entendemos ações que estimulem a “capacitação adequada para assegurar o envolvimento local nos novos rumos econômicos”, sendo baseado na comunidade e respondendo “à necessidade do planejamento municipal proteger e desenvolver um sentido de lugar, transmitir valores, sua ecologia e sua história às futuras gerações” (Goodey; Murta, 2002, p.19). Uma das possibilidades desta é articular atividades e recursos que apresentem os atributos do patrimônio. Assim, este artigo objetiva relatar a experiência do desenvolvimento de um RTC através do PI para a cidade de Monteiro, que acreditamos poder ser utilizado para motivar e contribuir com a preservação local. Esta proposta foi desenvolvida em projeto de pesquisa em andamento, logo tratamos de resultados parciais.

## 1. O planejamento Interpretativo como Alternativa a Preservação

Ao longo dos anos o campo da preservação patrimonial vem buscando ferramentas alternativas à salvaguarda, de modo a fomentar nas sociedades a importância e o interesse pela continuidade dos bens materiais e imateriais culturais. A adoção de novos métodos passa por uma ativa e efetiva participação das comunidades, diretrizes que são fundadas nas preocupações históricas que resultaram na ampliação do entendimento da noção de monumento - conforme postulado na Carta de Veneza (1964) - mas também, e, principalmente, na dissipação da importância das relações entre indivíduos e bens culturais. Não sem razão, a TCC, que sintetiza contribuições pretéritas e contemporâneas, aponta que a importância e significância cultural de um bem não são natos, mas derivam dos valores, associações e significados conferidos pelos usuários a partir da relação com os bens (VIÑAS, 2006).

O processo de evolução das ações protecionistas é resultado das discussões que foram adicionadas ao campo conceitual da preservação ao longo do tempo. Nesse processo, a mudança na percepção da cidade e da sua função subjetiva e cognitiva enquanto patrimônio, implicaram na necessidade de revisão das ações e na associação de outras atividades (e setores) na busca pela sua continuidade. A multiplicidade de atores, valores e energias torna a cidade um objeto dinâmico e complexo, que deve ser abordado de forma multidisciplinar, especialmente no tocante às práticas urbanas, tais como as conservacionistas.

Nesse processo evolutivo, Choay (2006) destaca a mudança de percepção do patrimônio de objeto de culto à elemento chave da indústria cultural, processo onde o turismo emerge como principal atividade para salvaguarda. Pois responde a uma justificativa socioeconômica da continuidade dos bens. A autora discute a passagem da representação do patrimônio de objeto de admiração, para objeto de consumo com significação social diferenciada, destacando a atuação do turismo cultural (TU). Processo que se deu, mais fortemente, a partir da década de 1960.

Não sem razão, na década de 1970, o ICOMOS organizou uma convenção para discutir os desdobramentos da relação entre turismo e patrimônio, dando origem à Carta de Turismo Cultural (1976). Esta estabelece definições e diretrizes, onde se destaca o fomento à participação da sociedade em diferentes âmbitos e aliada à consciência preservacionista. Isto é, impulsiona o TU como um aliado econômico e sociocultural à proteção, mas destaca a importância da educação patrimonial desde os primeiros anos da vida do sujeito, para encadear a vivência sustentável do patrimônio. Na década de 1990 uma convenção discute o TU, desta vez focando nos reflexos da globalização que, entre outros aspectos, estimulou o turismo de massa. Como resultado desta reunião, temos a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural (1999), que, assim como a anterior, destaca noções e diretrizes. Nesta, cabe destacar dois aspectos, o primeiro a inclusão da dimensão ambiental do patrimônio; e segundo o destaque dado à gestão patrimonial, visto que as medidas apontadas consideram os aspectos positivos e negativos da atividade turística.

“O turismo pode também conduzir à degradação dos espaços naturais e culturais das comunidades de acolhimento. Por outro lado, o turismo é portador de vantagens para as comunidades de acolhimento proporcionando-lhes importantes meios e motivações para cuidarem e manterem o seu património e as suas práticas culturais” (ICOMOS, 1999:2).

Esta segunda carta apresenta uma relevante contribuição para a instrumentalização do turismo como ferramenta de educação patrimonial, especialmente por destacar a necessidade de implementar interpretações do patrimônio nas atividades. Assim, indica que devem ser utilizados “os meios pedagógicos mais estimulantes, incluindo audiovisuais e tecnológicos, bem como explicações personalizadas dos aspectos históricos, ambientais e culturais” (op.cit, p.3).

Na década seguinte, o IPHAN realizou um importante trabalho quanto à identificação e apresentação do patrimônio cultural, numa parceria viabilizada pelo Mercosul e pela UNESCO. Trata-se do Projeto Itinerários Culturais do Mercosul, desenvolvido em 2009 pela articulação do Brasil e Argentina, que teve por objetivo “atender à necessidade de produzir conhecimento sobre os bens de valor patrimonial, resultantes de

processos históricos, através de ciclos econômicos, em diversos ecossistemas compartilhados pelos países da Região, a fim de legitimá-los e certificá-los como destinos patrimoniais, ou seja, destinos turísticos culturais” (IPHAN, 2009:6). Este contribuiu significativamente para o reconhecimento de novas categorias patrimoniais, como a paisagem cultural e os itinerários culturais, que passaram a ser reconhecidos com base na Chancela da Paisagem.

Uma outra contribuição destas ações foi despertar a possibilidade de experiências positivas do patrimônio com o turismo. Visto que na década de 1990, intervenções que buscavam fomentar o setor turístico, tiveram como consequência a gentrificação e a falta de sustentabilidade das propostas - um dos principais exemplos dessas ações questionáveis foi a intervenção no centro histórico de Salvador. Assim, a despeito da variedade de bens reconhecidos, as condutas preservacionistas devem buscar o fomento à relação dos usuários com os bens. Procedimento que passa pelo conhecimento dos bens por parte dos usuários e da proposição de atividades que incentivem a conexão.

É com esse objetivo que o PI emerge como importante instrumento, pois tem como princípio apresentar de forma diferenciada e, por vezes, interativa, os atributos culturais. Processo que ocorre através da relação de diferentes meios de comunicação e atividades. O PI trabalha a partir da interpretação do patrimônio, identificando representações e associações que comunicam sobre a relevância do bem e suas particularidades.

A primeira aplicação da prática da interpretação foi, na década de 1950, nos Estados Unidos, com a utilização em parques naturais, com êxito pelo aumento do número de visitantes (Goodey; Murta, 2002). Foi, então, na década seguinte que a interpretação foi associada aos bens patrimoniais, provendo o PI (op.cit). A década de 1960 foi “a década das trilhas e roteiros que, com ampla participação da comunidade, recuperaram e valorizam áreas comerciais e de lazer para desfrute da população e de visitantes” (op.cit, p.13). Nesse momento aconteceu a difusão do patrimônio cultural como recurso de lazer, cuja vivência ou consumo passou a significar um prestígio social. Choay (2006), conforme citamos, destaca que é nesse momento que nasce a “ indústria cultural”, que passa a coordenar e articular setores econômicos em prol da exploração comercial dos patrimônios. Também quando há a difusão da cultura, de modo que passam a ser criados pelos países um ministério para assuntos culturais (op.cit)

Na década de 1970 o debate internacional adiciona a agenda da preservação ambiental, cujos reflexos da importância da discussão refletem no campo da preservação patrimonial, que passa a incorporar a busca pela manutenção das estruturas naturais. Nesse momento o patrimônio natural também passa a ser atrativo do TU. Assim, a prática da interpretação, utilizada como “veículo de comunicação”, torna-se o meio de “despertar atitudes preservacionistas entre comunidades receptoras, visitantes e empreendedores turísticos” (Goodey; Murta, 2002:17).

Mesmo com a ampla utilização, a prática da interpretação apresentou alguns problemas, especialmente no tocante a instrumentalização, o que se deve a falta de diretrizes formalizadas. Essa problemática se amplia no século XXI, em razão das transformações do regime de acumulação e dos reflexos da globalização, que levam a expansão de conexões geográficas - inclusive, de modo virtual - e a facilidade de transportes. Como também, neste século, novos meios de comunicação surgem, e passam a ser utilizados para apresentação e interpretação de bens. Em resposta, em 1999 foi realizado, na Universidade de Bournemouth, Inglaterra, a Conferência Internacional Apresentação e Interpretação na Europa, que resultou na proposta de estabelecer a Rede Européia para Interpretação do Patrimônio (op.cit, p.17). Tal rede se mantém até a atualidade, promovendo constantes debates e atualizações na prática da interpretação. “A interpretação do patrimônio é uma abordagem criativa para enriquecer nossa experiência do patrimônio, ajudando-nos não apenas a aprender fatos, mas também a descobrir significados e relacionamentos, geralmente por meio de experiência” (Forbes; Nola, 2011:5, tradução nossa).

A despeito da relevância da prática da interpretação sua aplicação ainda é incipiente, e no caso do patrimônio cultural se dá por uma heterogênea contextualização dos padrões de procedimentos realizados

em áreas ambientais. “A maioria dos exemplos de aplicação da comunicação interpretativa ainda está nas áreas naturais, principalmente nos parques nacionais e outras unidades de conservação da natureza” (Costa, 2009:112).

No Brasil a utilização do PI ao patrimônio cultural se dá, na maioria dos casos, no âmbito acadêmico, embora o IPHAN tenha realizado o citado Projeto Itinerários Culturais do Mercosul. A estruturação dos roteiros turísticos acontece, em geral, por parte das agências de viagens, que organizam os percursos tendo como referência a facilidade logística, o que implica na exclusão de diversos bens culturais. Contudo, há de se destacar a contribuição metodológica dos autores Goodey e Murta (2002), que organizaram os princípios para a interpretação do patrimônio cultural e natural, como também, os subsídios e medidas para a continuidade dos planos estruturados.

Para esses autores quando a interpretação do patrimônio se dá articulada com o planejamento, esta representa uma estratégia para o Estado, os empresários e a sociedade civil (*op.cit.*, p.18). Assim, indicam que seja desenvolvido um PI, processo que prevê a continuidade das ações a partir de uma investigação das práticas e atividades que serão relacionadas, dando prioridade aos costumes e habilidades da comunidade local. Nesse sentido, a utilização do PI em áreas históricas atenta a lacuna na discussão e formas de sua operacionalização nas políticas e programas de gestão patrimonial. De modo que pode servir como recurso para a capacitação de diferentes usuários, como a comunidade local.

O objetivo principal do PI é promover uma comunicação entre usuários e bens - culturais e/ou materiais - pois esta é a base de uma relação. Assim, o plano deve equilibrar as necessidades e expectativas dos sujeitos com as especificidades dos bens. Goodey e Murta (2002:18) apontam alguns princípios: “focalizar nos sentidos do visitante”; “revelar sentidos”; “utilizar muitas artes visuais e de animação; provocar estímulos e a curiosidade dos visitantes; “apresentar a história completa”; ser acessível a público amplo; promover parcerias com a comunidade; “adotar uma abordagem abrangente”; “destacar a diversidade e pluralidade cultural”; “levar em consideração o atendimento ao cliente”.

O PI é um importante aliado à educação patrimonial, que pode ser utilizado na mediação com o público. Posto que “a teoria da educação patrimonial reconhece como princípio básico que os indivíduos aprendem melhor por meio da vivência de experiências diretas com bens do patrimônio” (Costa, 2009:99). Nesse sentido, através de um PI, pode ser montado um RTC que incentive a visita a bens culturais, além de atrelar recursos que comuniquem sobre a sua significância, promovendo, assim, um conhecimento do patrimônio e a associação de valores que reafirmam a sua importância cultural e justifiquem a sua continuidade. Indiretamente este roteiro pode, ainda, impulsionar o comércio local, já que o plano deve levar em consideração a infraestrutura urbana e social. Essa opção é importante pois permite a continuidade da dimensão física e ativa de uma cidade, fundando-se na aceção que Carrión (2002) de que a cidade patrimonial deve “ser entendida menos a partir dos atributos que lhe deram a sua capacidade tangencial, e mais desde as relações que a configuram e que lhe dão a sua essência”.

Para que aconteça o retorno ao patrimônio pelo turismo, o plano deve prever os impactos da atividade e também listar fraquezas que ameacem a continuidade das ações. No caso do objeto empírico em questão, uma cidade de pequeno porte, cabe refletir sobre os recursos disponíveis e necessários para viabilizar o roteiro. Posto que as visitas turísticas podem demandar recursos sociais, como guias, e logísticos, como transporte, alimentação, hospedagem, etc. Cabe, então, refletir sobre as estratégias interpretativas, que dependerão das características do local a ser apresentado, mas, principalmente, das possibilidades de mediação ou interação com o público. Assim, no tópico a seguir apresentamos as etapas seguidas para desenvolver um plano interpretativo.

## **2. Metodologia**

O artigo relata a experiência obtida em projeto de pesquisa desenvolvido por alunos da graduação em arquitetura e urbanismo. Assim, consideramos as demandas específicas do PI e as possibilidades dos pesquisadores, o que não comprometeu o desenvolvimento das principais atividades. Cabe destacar que adotamos como referência metodológica Goodey e Murta (2005), que propõem três etapas para o desenvolvimento de um PI: (i) levantamento de recursos, temas e mercados; (ii) proposta de interpretação; (iii) plano de manutenção e divulgação. Contudo, adicionamos uma etapa, descrita como a primeira a seguir.

A primeira etapa buscou o nivelamento teórico dos pesquisadores e o conhecimento sobre o município. Assim, como resultados, traçamos a estratégia de desenvolver um roteiro genérico que abordasse a historiografia urbana local através dos principais bens identificados. Este conjunto de bens foi obtido a partir da compatibilização da evolução urbana com as indicações da população local. Cabe destacar a importância de um membro da equipe ser morador da cidade, o que facilitou o intercâmbio e a coleta de dados.

Na segunda etapa - primeira segundo a referência-, procedeu-se com a análise da infraestrutura urbana e social local, objetivando constatar as limitações dos trajetos e visitas. Ainda, houve o estudo do público alvo, porém não foram obtidos dados suficientes, pois o Estado não produz informações específicas sobre o setor turístico da cidade e também não foram encontradas fontes secundárias com dados relevantes para a proposta. Esta lacuna validou a opção de um roteiro genérico, mesmo ciente de que este pode apresentar limitações para alguns grupos sociais, além de apontar uma possível causa da dificuldade de reconhecimento do potencial turístico local.

A terceira etapa - segunda da metodologia citada - , resultou no desenvolvimento do RTC. O mesmo trata da conexão dos principais bens culturais e naturais em um trajeto que pode ser percorrido por diferentes modais. Como forma de comunicar a interpretação sobre tais bens, optou-se por desenvolver um mapa auto explicativo, que pode ser compartilhado virtualmente ou impresso.

A divulgação desse material, objetivo da quarta etapa, foi definida após discussões e consulta a projetos correlatos, porém ainda não foi executada. Sendo definido (preliminarmente) que o arquivo digital (mapa comercial) seria encaminhado para grupos por aplicativos de mensagem, bem como, através de compartilhamento em redes sociais. Já o material impresso, seria disponibilizado em comércios e equipamentos públicos, o que seria viável posto que o mapa contempla os referidos estabelecimentos, gerando uma propaganda. Na sequência, será realizada a testagem do roteiro, através de visitas guiadas com a população local e de aplicação de um questionário acerca do conteúdo do mapa e das percepções do trajeto. Nesta etapa também foram produzidos artigos científicos, pois concluiu-se que a participação em eventos pode auxiliar na análise crítica da proposta.

## **3. Um Roteiro Turístico e Cultural para a Cidade de Monteiro**

### **3.1 Breve contextualização da cidade**

A cidade de Monteiro, Paraíba, está localizada na microrregião do Cariri Ocidental Paraibano, sendo o maior município em extensão territorial do estado, além de ser banhado por afluentes das duas principais bacias hidrográficas, o rio São Francisco e o rio Paraíba. A mesma conta com uma população 33.433 habitantes (IBGE, 2023), sendo considerada um "centro de zona" (IBGE, 2018), pois apresenta atividades e articulações e importância com amplitude que possibilitam enquadrar-se nesta categoria.

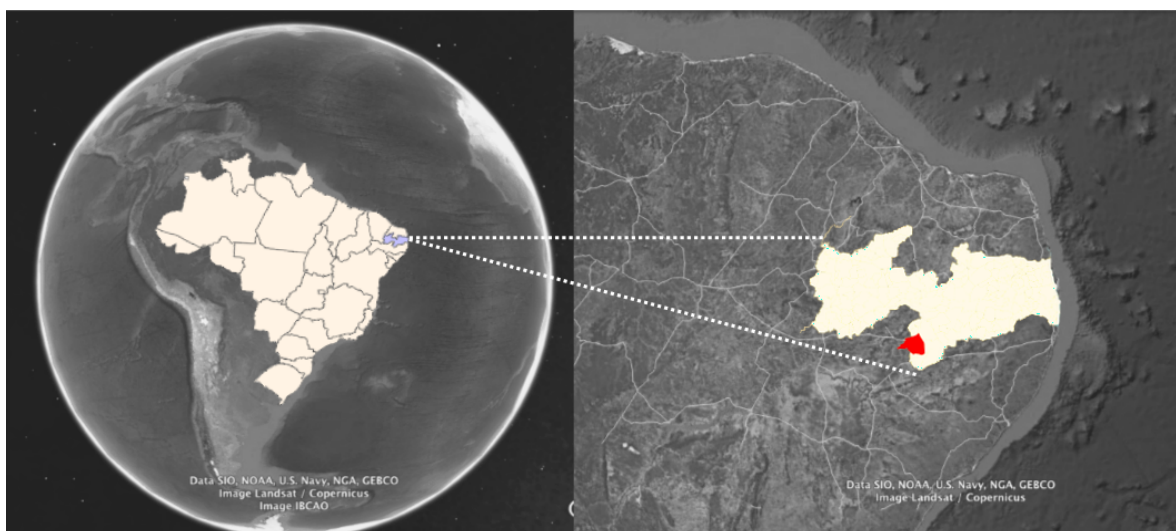


Fig. 01 Localização da cidade de Monteiro, Paraíba. Fonte: Google Earth (2023) com redesenho pelas autoras.

A base destas relações cidadinas está na cultural local, de onde se destaca o popular título de 'cidade do forró'. Esta associação decorrente de ser a cidade natal de vários artistas, compositores e poetas, como Pinto de Monteiro, Jansen Filho, Zabé da Loca, Flávio José, Nanado Alves, etc. Não sem razão, é conhecida regionalmente por suas festas sazonais, como a Semana Santa e o São João. Além do patrimônio imaterial, a cidade também se destaca pelo patrimônio natural, haja visto que a sua extensão geográfica propicia a existência de variados atributos ambientais oriundos da diversidade do bioma local e em razão do clima, da relação com as frentes d'água e da geologia. Já o patrimônio material, trata da estrutura edilícia que cristalizou o lento processo de desenvolvimento, com exemplares de estilos como colonial, eclético, art déco, etc.

A formação da cidade é associada à ocupação da região do Cariri Oriental Paraibano pelos colonizadores portugueses no século XVII. O núcleo primitivo teve origem no sistema de sesmarias, com a divisão de propriedades que originaram um povoado, o Povoado da Lagoa, numa área habitada originalmente pelos índios cariris que ficava às margens do Rio Paraíba, importante eixo na formação da rede urbana paraibana. Mas, foi apenas no início do século XVIII que esta ocupação se intensificou, com economia baseada, principalmente, na pecuária e na agricultura de subsistência, desenvolvidas na região como subsídio à penetração do território brasileiro pelos bandeirantes.

É no século XIX que Monteiro passa a categoria de cidade, já apresentando à época uma significativa importância na região do Cariri Paraibano. De acordo com a Prefeitura Municipal de Monteiro (2023) "o distrito de Alagoa do Monteiro foi criado pela Lei Provincial nº. 194, de 4 de setembro de 1865", mas torna-se cidade apenas em 8 de junho de 1872, a partir da Lei nº 457 e do seu desmembrado da cidade de São João do Cariri. No início do século XX, a cidade passou por um processo de urbanização e modernização, com a construção de prédios públicos, escolas, hospitais e outras infraestruturas. Um movimento que foi reflexo da interiorização do planejamento urbano no Brasil, ocorrido entre as décadas de 1930 a 1965, segundo Villaça (1999), que também destacou a ocorrência de planos que buscavam eficiência e funcionalidade, promovendo o saneamento e a expansão de áreas urbanas.

Ao longo do século XX, a cidade registra um ritmo de crescimento que permite a manutenção de boa parte do seu acervo histórico. Sendo destaque a consolidação e expansão da malha urbana, e o início da organização dos citados festejos que passaram a compor o patrimônio local. No século XXI, a cidade tem relevante destaque pela participação na luta pela transposição do Rio São Francisco, que auxiliou na vazão do Rio Paraíba.

### 3.2. A proposição do RTC para a cidade



A proposição do roteiro foi precedida de um processo de identificação dos bens culturais locais, procedimento desenvolvido de acordo com a TCC e que objetivou a comunicação afetiva com os usuários. Este estudo possibilitou o conhecimento dos bens e atributos de uma localidade, suas associações e o significado do lugar. Conteúdos importantes para o objetivo da presente pesquisa.

Ao buscarmos referências metodológicas para esse processo, identificamos que existem diversos estudos que abordam a identificação patrimonial. Cada um destes se desenvolve através de métodos estabelecidos em metodologia adequada à especificidade do bem em estudo. Destes destacamos a identificação de bens realizada pelo IPHAN, que acontece através do desenvolvimento de inventários em três etapas: (i) pesquisa histórica, que resulta em três fichas referentes ao cadastramento das instituições consultadas na pesquisa, o levantamento arquivístico e o bibliográfico; (ii) pesquisa de campo, onde são geradas as plantas com as características da área, do lote e da edificação, a descrição das características arquitetônicas e análise da sua conservação; e (iii) conclusão dos resultados obtidos através da produção de questionários sócio-econômicos que visam relatar o perfil dos usuários destes bens e validar os dados coletados (Ribeiro, Nóbrega, 2013). Nessa metodologia há a catalogação dos bens, onde os técnicos analisam e identificam os atributos que julgaram reconhecidos socialmente. Esta postura metodológica é justificada pelo objetivo dos inventários desenvolvidos pelo órgão, que buscam o conhecimento dos bens e a sua avaliação (condição física e social), como um cadastramento de coleções e conjuntos.

No caso da pesquisa em questão, nos interessava reconhecer os bens mais significativos e o seu grau de preservação, pois em termos turísticos o estado de conservação pode interferir nas reações dos sujeitos e aproximar (ou não) dos bens. Também era importante que, além da pesquisa documental, fosse incluído o questionamento à população ainda na primeira etapa do levantamento. Já que um pré-requisito da eficiência de um plano de interpretação é, como dito, a participação ativa dos usuários locais. Assim, procedemos com a execução da metodologia do IPHAN, porém desenvolvendo um estudo mais simplificado, onde adotamos, por exemplo, uma mapa cadastral da cidade no lugar de fichas de catalogação. Em compensação, também houve a análise da infraestrutura urbana e social, que buscou reconhecer espaços, usos e apropriações que podem enriquecer e subsidiar a experiência de vivência de um trajeto de RTC e, ainda as fraquezas, como aspectos que inviabilizam a visita e/ou comprometam a vivência incentivada pelo percurso.

Esta identificação resultou em uma lista que contempla edificações e espaços representativos organizados em um mapa cadastral (Fig.01). Durante as visitas *in loco* foi possível, ainda, compatibilizar estas referências com a infraestrutura logística (Fig.02), e, assim, pode-se definir um trajeto que conectava os bens. Tal definição resultou em um RTC organizado na forma de uma “rota espacial”, que, segundo Goodey e Murta (2002), trata da tipologia de trilha que se relaciona a estruturas urbanas ambientais.

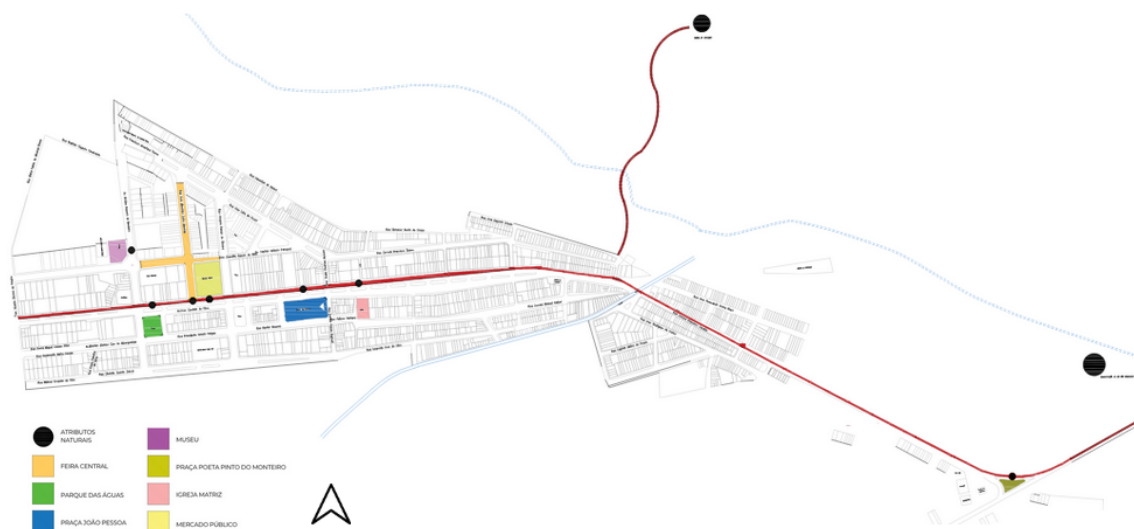


Fig. 02 Mapa cadastral com os bens identificados. Fonte: elaboração própria, 2023.



Após a organização do mapa, foi possível constatar que a rota proposta coincide com o percurso que traduz as articulações sociais do *modus vivendi* local, pois o traçado urbano da cidade permite que o centro seja o ponto principal do fluxo local. O que foi de grande importância, pois o projeto busca promover uma comunicação afetiva entre usuários e bens, e as conexões locais (intuitivas) são o melhor recurso para este conceito. O percurso permite, ainda, que os usuários contemplem os diferentes exemplares arquitetônicos que traduzem a sua evolução urbana da cidade. Assim, além dos marcos identificados no mapa, o RTC apresenta o processo de expansão da malha urbana com uma sequência estilística que representa a passagem no tempo. Pode-se, então, perscrutar exemplares vernáculos, com características coloniais no entorno da Igreja Matriz, e nas ruas seguintes, ou no prolongamento da avenida Olímpio Gomes, edificações ecléticas e art déco. Ambiência possibilitada pelo ritmo do desenvolvimento local.



Fig. 03 Mapa cadastral da infraestrutura logística. Fonte: elaboração própria, 2023.

Já quanto à infraestrutura logística, foram constatados estabelecimentos variados, como bares, restaurantes e lojas. Além disso, como trata-se da centralidade urbana local, na área também se localizam equipamentos públicos, como clínicas médicas e órgãos públicos. Há de se destacar que nem todos os espaços e trechos do percurso possuem acessibilidade, o que dificultaria a circulação de alguns usuários. Ainda, a comunicação visual não favorece a legibilidade e, considerando que as visitas podem acontecer sem a supervisão de guias, destacamos a necessidade de criar, em fase seguinte, um canal virtual para apresentação e explicação do roteiro.

Na sequência, foi produzido um mapa comercial (Fig.04), necessário para atração do público. Sendo, também, uma alternativa à falta de comunicação visual. O aprofundamento deste mapa faz parte das próximas etapas da pesquisa.

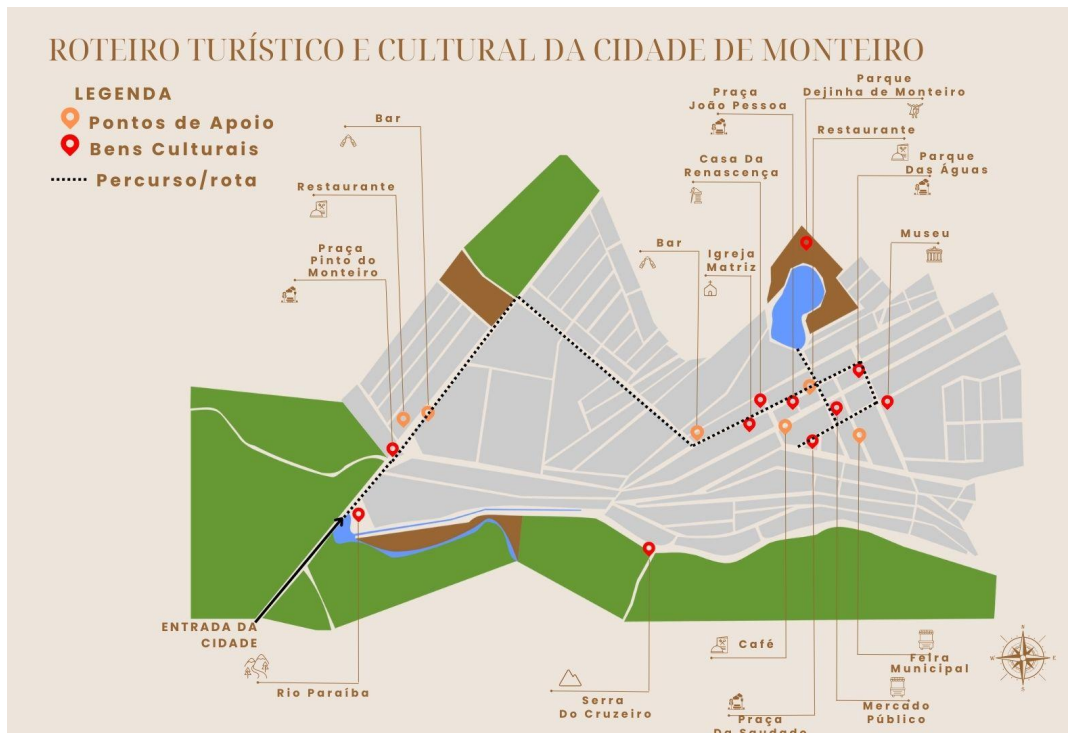


Fig. 04 Mapa do RTC. Fonte: elaboração própria, 2023.

O roteiro final apresenta atrações variadas, que podem ser visitadas em diferentes épocas do ano. Este conecta os bens desde a entrada da cidade até o centro, onde há maior concentração de infraestrutura de suporte. Estão entre os bens da rota: (i) o Rio Paraíba, que representa a conexão do núcleo primitivo com a frente d'água e faz o elo com a formação da rede urbana paraibana, além de ser atrativo pelas obras da transposição do Rio São Francisco; (ii) Praça Pinto Monteiro, localizada na entrada da cidade, tem seu nome devido a uma homenagem a importante artista local, ajudando na comunicação da associação de "cidade do forró"; (iii) Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores, importante marco da fundação do povoamento, representa as associações religiosas e realiza eventos de grande atratividade local; (iv) Praça João Pessoa, localizada na Avenida Olímpio Gomes, é o principal espaço público local e sedia eventos durante o ano; (v) Museu Poeta Pinto Monteiro, outro atributo da representação social da cidade, possui uma coleção que apresenta a história da cidade; (vi) Feira Municipal, importante atributo imaterial local, apresenta a possibilidade de vivência em espaço que cristalizou e perpetua as práticas de apropriação e comércio originárias da época de Povoação da Lagoa; etc.

#### 4. CONCLUSÃO

Há um consenso entre os autores de que o entendimento acerca do bem é o primeiro e mais importante passo à sua conservação. O que valida a importância da apresentação do patrimônio de Monteiro através de um RTC construído segundo o PI, pois a metodologia auxilia na comunicação da sua patrimonialidade. Essa atividade, contudo, deve ser entendida como uma alternativa, pois acreditamos que o reconhecimento institucional, precedido dos estudos de identificação, é o principal e mais eficaz meio de salvaguarda. Importa que a opção de trabalharmos essa alternativa de salvaguarda funda-se na reflexão teórica de que o incentivo ao uso é justificado pelo reconhecimento do caráter dinâmico das cidades, que busca a continuidade dos seus atributos identitários e não apenas a sua durabilidade - entendida como manutenção, apenas, do seu aspecto material -, pois apenas pelo uso fomentamos as relações que fundam a patrimonialidade dos bens. Também acreditamos que essas alternativas devem ser implementadas independente do grau ou ritmo de transformação das estruturas da cidade, pois podem implicar na continuidade das relações sociais que

validam a importância patrimonial sendo mecanismos que garantem o contínuo e constantemente ressignificado valor patrimonial, já que tratam de exercício de educação patrimonial.

Dito isto, podemos refletir sobre a produção desta etapa da pesquisa e concluir traçando as próximas tarefas. A reflexão é quanto ao processo de identificação empreendido, pois entendemos que este deve envolver diferentes estudos, visando uma abordagem que compreenda sua dimensão simbólica e como artefato material, pois o levantamento empreendido teve mais semelhança com a prática do inventário, sendo catalogados dados genéricos. Assim, uma opção seria a utilização da metodologia proposta pelo CECI, que busca o “reconhecimento do seus conteúdos históricos e formais” (PONTUAL et al, 2008:2). Em próxima etapa deve-se aprofundar esse estudo, buscando conteúdos que melhor fundamentam a apresentação dos bens. Ainda com esse objetivo de aprofundamento do roteiro, buscaremos mecanismos de comunicação e apresentação, levando em conta a carente infraestrutura turística da cidade. Assim, podem ser alternativas: (i) a criação de site com textos sobre os pontos turísticos; (ii) a produção de encarte para compor o mapa e complementar a apresentação do roteiro e dos bens; (iii) a indicação de rotas compatíveis com os perfis dos usuários; etc. Outro ponto será quanto à comunicação visual, o que demanda associação de recursos gráficos que dialoguem com a chave temática definida para a abordagem. É notório, contudo, que os próximos passos devem incluir mais incisivamente a população local, assim, as atividades listadas só terão o resultado esperado mediante a aplicação de métodos de escuta e coleta de dados com os usuários.

## 5. REFERÊNCIAS

### 5.1. Bibliografia

CARRIÓN, Fernando. *Vinte Temas sobre os centros históricos na América Latina*. In: Gestão do Patrimônio Cultural Integrado (Org. Zancheti). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002, p. 45-50.

CHOAY, F. (2006) *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp.

COSTA, F.R. (2009) *Turismo e Patrimônio Cultural: Interpretação e qualificação*. São Paulo: Ed. SENAC.

GOODEY, B.; MURTA, S.M. (2005) *Interpretação do Patrimônio para Visitantes: Um Quadro Conceitual*. In: Interpretar o Patrimônio um Exercício do Olhar. (Org. Murta; Albano). Belo Horizonte, Editora UFMG.

IBGE (2018) *Regiões de Influência das Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE.

VIÑAS, M. (2006) *Contemporary theory of conservation*. Oxford, Elsevier Butterworth-Heinemann.

### 5.2. Fontes Eletrônicas

Forbes, A., Nola, D.Z. (2011) *Heritage interpretation for architects and landscape architects*. Disponível em: [https://interpret-europe.net/wp-content/uploads/2022/08/ie\\_heritage\\_interpretation\\_for\\_architects\\_and\\_landscape\\_architects-1.pdf](https://interpret-europe.net/wp-content/uploads/2022/08/ie_heritage_interpretation_for_architects_and_landscape_architects-1.pdf) (Consultado em 15/05/2023).

ICOMOS (1976) *Carta de Turismo Cultural*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf> (Consultado em 07/03/2023) - (1999)

Carta Internacional sobre o Turismo Cultural. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/39%20Carta%20turismo%20cultural%20-%20ICOMOS%201999.pdf> (Consultado em 08/03/2023).

IBGE (2023) *Monteiro*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/monteiro.html> (acessado em 08/03/2023).

IPHAN (2009) *Anteprojeto de Itinerários Culturais do Mercosul*. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anteprojeto\\_itinerarios\\_culturais\\_mercosul\\_portugues.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anteprojeto_itinerarios_culturais_mercosul_portugues.pdf) (Consultado em 23/04/2023)

PREFEITURA DE MONTEIRO(2022) *História do Município* Disponível em: <https://www.monteiro.pb.gov.br/>

(Consultado em 01/05/2022).

PONTUAL, V.; ZANCHETTI, S.; LAGO, E.; LIRA, F.; MILFONT, M.; HARCHAMBOIS, M.; CABRAL, R.; PICCOLO, R. (2008) *Metodologia para Identificação e Autenticação do Patrimônio Cultural*. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/textos-para-discussao/350-textos-para-discussao-v-27.html>, (consultado em 13/03/2023).

RIBEIRO, R. M.; NÓBREGA, C. (2013) *Gestão do Patrimônio Cultural Através do Inventário: O caso do sítio urbano da Praça XV*. Disponível em: [http://www.forumpatrimonio.com.br/view\\_abstract.php?articleID=115&modo=1](http://www.forumpatrimonio.com.br/view_abstract.php?articleID=115&modo=1) (Consultado em 13/03/2023).